

Plano de Desenvolvimento Institucional: perspectivas sobre contextos emergentes na/da Educação Superior

Lisiane Pappis
Tasia Fernanda Wisch
Andiara Dewes

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo

Os contextos que emergem na contemporaneidade são caracterizados por elementos que impulsionam transformações nos espaços educacionais. Em sua maioria originam-se de políticas e programas públicos, bem como de demandas sociais e culturais, acompanhando os movimentos de evolução da sociedade e da vida em sociedade. Nas últimas décadas, políticas/programas vêm pautando sistemas de reserva de vagas, inclusão, tecnologias, internacionalização e outros, como elementos a serem considerados no cotidiano das instituições de ensino. Nosso objetivo é identificar como universidades reconhecem e planejam sua atuação acerca dos contextos emergentes na/da Educação Superior. Como contexto investigativo selecionamos as seis Universidades Federais do Rio Grande do Sul. Pautado na perspectiva de análise documental, nesse estudo realizamos um mapeamento nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) em vigência nestas instituições, identificando quais e como os contextos emergentes aparecem em cada documento. Desse modo, identificamos que todos os PDIs registram a busca pela excelência e a preocupação com a permanência dos estudantes. Os elementos dos contextos emergentes recorrentes nos PDIs são internacionalização, inclusão, gestão, inovação tecnológica e sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação Superior; Plano de Desenvolvimento Institucional; políticas públicas; contextos emergentes; gestão universitária

Institutional Development Plan: perspectives on emerging contexts in/of Higher Education

Abstract

The contexts that emerge in contemporary times are characterized by elements that drive transformations in educational spaces. Most of them originate from public policies and programs, as well as from social and cultural demands, following the evolutionary movements of society and of life in society. In the last decades, policies/programs have guided systems for booking vacancies, inclusion, technologies, internationalization, and others, as elements to be considered in the daily life of educational institutions. Our objective is to identify how universities recognize and plan their actions regarding the emerging contexts in/of Higher Education. As an investigative context, we selected the six Federal Universities of Rio Grande do Sul. Based on the perspective of documentary analysis, in this study we mapped the Institutional Development Plans (PDIs) in force in these institutions, identifying which and how the emerging contexts appear in each document. In this way, we identified that all PDIs register the search for excellence and concern for the permanence of students. The elements of the emerging contexts recurring in the PDIs are internationalization,

inclusion, management, technological innovation and sustainability.

Keywords: college education; Institutional Development Plan; public policy; emerging contexts; university management

Apontamentos Iniciais

Os tempos-espacos educativos sempre acompanham as [trans]formações que acontecem em âmbito social, cultural e histórico. Algumas vezes de modo quase síncrono, outras por meio de processos mais morosos. Afinal, mudanças, assim como o estabelecimento de novas rotinas, estratégias, pedagogias, implicam saberes e fazeres, significados e sentidos a serem apreendidos, projetados e planejados para cada realidade escolar-institucional.

Nessa direção, a maneira mais rápida, não que seja sempre a mais adequada, de impulsionar essas [trans]formações é por meio de políticas públicas como leis ao definir novas diretrizes, orientações e normatizações. Como exemplo, podemos citar os processos inclusivos, que na última década se constituíram como transversais a todas as etapas de ensino.

Já outra mudança que vinha ocorrendo de modo mais lento era a integração das tecnologias digitais aos cotidianos educativos. As tecnologias estão atreladas à sociedade como uma cultura digital que segundo Kenski, Medeiros e Ordéas (2019, p. 142) “envolvem camadas tecnológicas distintas, de acordo com os avanços e inovações apresentadas pelos meios (ou mídias) de interação, comunicação ou desenvolvimento de novos comportamentos, processos e produtos”, mas ainda não aparecem em todos os espaços formais de ensino como ferramenta didático pedagógica. Contudo, em março de 2020, a pandemia da COVID-19 restringiu os processos de ensino, basicamente, ao uso das tecnologias. O que também resultou no escancaramento das desigualdades sociais do nosso país. Afinal, o acesso às tecnologias não é universal no Brasil.

Estes são alguns dos elementos que têm permeado e constituído os tempos-espacos educativos e que temos compreendido como caracterizadores dos contextos emergentes. Estes elementos impulsionam [trans]formações no lócus e na práxis. A práxis é entendida, com base nos estudos de Freire (2001), como a construção de novos sentidos por meio de reflexões sobre os contextos nos quais os sujeitos estão inseridos, favorecendo a transformação das práticas educativas. Esse movimento consciente e dialético, no qual a teoria e a prática estão implicadas caracteriza o processo de reflexão na e para a ação.

Os estudos sobre os contextos emergentes, usando esta terminologia, tem seu início nas pesquisas vinculadas e articuladas pela Rede Sul Brasileira de Investigadores da Educação Superior (RIES), especialmente, por Morosini (2016) e Bolzan (2016). Antes da utilização desse conceito, muitos estudos que já vinham enfocando, de maneira específica, elementos caracterizadores dos contextos emergentes, como, por exemplo, aqueles olhando para os processos de inclusão, sistemas de reserva de vagas, integração das tecnologias no cotidiano educativo, internacionalização, entre outros. O destaque que se dá aos estudos impulsionados pela RIES é a busca por entender a amplitude desses novos contextos, identificando e reconhecendo quais são os elementos que vêm constituindo esses novos modos de ser, estar e fazer educação. Mesmo tendo como enfoque o âmbito da educação superior, esses elementos repercutem, de modo direto e indireto em todos os níveis e modalidades de ensino do país.

Olhar para os contextos emergentes implica em compreender como as novas realidades vivenciadas na universidade têm interferido nos fazeres e saberes discentes e docentes. Articulado a isso, ampliamos os olhares sobre quais destes elementos também estão presentes no cotidiano da educação básica e que tipo de demandas têm estabelecido aos professores, tendo em vista a educação como um todo.

Nessa perspectiva, o cenário da educação superior nas últimas décadas tem se [trans]formado, impulsionado, principalmente, pelas novas demandas das políticas públicas, como, por exemplo, a expansão, interiorização e, conseqüentemente, democratização do ensino universitário, integração de novas tecnologias digitais ao cotidiano, globalização, internacionalização. Logo, estes novos contextos derivam de demandas externas articulando-se às especificidades de cada instituição.

Conforme Bolzan (2016, p. 9) destaca, estes novos contextos são compreendidos:

[...] pelos espaços escolares e/ou acadêmicos nos quais a expansão do ensino superior, a inclusão na educação básica e superior, as cotas e as inovações tecnológicas estão presentes. Na medida, em que as diversidades culturais são marcadores de inovação, caracterizando os desafios e as possibilidades que emergem no panorama contemporâneo exigindo (trans)formações nos modos de pensar e fazer docente.

Desse modo, esses novos contextos vão permeando todos os âmbitos das instituições de ensino, os modos de ser, estar e fazer educação. Estabelecendo novas exigências, criam-se novos desafios tanto no que condiz à infraestrutura física e de pessoal da instituição, como aos modos de ser, estar, conviver de estudantes, professores e pessoal administrativo e de manutenção da limpeza e organização das instituições. São contextos que nos mobilizam a desenvolver novas posturas, novas rotinas, novas estratégias, novas metodologias, novas pedagogias de ensinar e de aprender.

Nessa direção, essas [trans]formações se concretizam, também, por meio dos documentos institucionais. Para tanto, esses documentos precisam estar alinhados, sendo fontes de registro e sistematização do que se tem vivido e como isso tem acontecido naquela instituição, assim como projetando, planejando a manutenção, o futuro, da instituição, especialmente, da sua função social.

Tais documentos têm a função de elencar indicadores e estratégias viáveis ao atendimento das demandas que se estabelecem nos tempos-espacos educacionais. Sobre isso, Cardim (2004) salienta que documentos como o Projeto Institucional e Pedagógico (PIP), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Avaliação Institucional e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) são estratégicos nos processos de gestão. Assim, nestes documentos registra-se de modo sistematizado concepções, percepções, objetivos, estratégias, mecanismos, demandas a serem supridas, em cada âmbito e instância da instituição, abarcando tanto o administrativo como o acadêmico/pedagógico. Outro aspecto a ser destacado é que esses documentos institucionais se configuram como substrato na organização dos tempos-espacos e, especialmente, da atuação de todos os profissionais da instituição por meio da identificação de estratégias a serem efetivadas e mecanismos a serem usados visando uma atuação em consonância com as demandas legais e socioculturais.

Nesse sentido, cabe salientarmos que este artigo é um desdobramento de estudos desenvolvidos junto ao Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Prática Educativas: Educação Básica e Superior (GPFOPE), por meio dos quais temos buscado compreender os processos educativos e, especialmente, a constituição da docência em contextos emergentes. Como base deste estudo, destacamos estudos de Pappis (2019) e Dewes (2017) que enfocam os tempos-espacos da gestão universitária, buscando entender como os contextos emergentes na/da educação superior vêm sendo abordados nas instâncias administrativas de universidades e como têm refletido no cotidiano das instituições.

Diante disso, objetivamos, com este estudo, identificar os contextos emergentes explicitados nos Planos de Desenvolvimento Institucional PDI das universidades federais do Rio Grande do Sul. Justificamos este estudo pois se trata de um documento em que estão registrados elementos acerca da missão e das estratégias projetadas/elencadas por cada Instituição de Ensino Superior (IES), as quais devem ser pensadas livremente, seguindo diretriz do Parecer 1366/2001 (BRASIL, 2001). Também de acordo com definições do Ministério da Educação (MEC) acerca das Diretrizes para a Elaboração do PDI (BRASIL, 2002, p. 02), este documento é entendido como aquele em que a instituição registra e define aspectos e elementos “[...] no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver”.

Portanto, nossa escolha por este documento ocorreu pelo seu papel dentro da instituição

como sistematizador do que a instituição vem vivenciando e articulando com suas projeções e planejamentos no que tange à manutenção da IES, bem como da sua função social, cultural e histórica. Logo, um meio de identificarmos o que cada instituição vem reconhecendo como contextos emergentes na/da educação superior. E isto, de modo especial, por serem documentos recentes nas instituições. O PDI passa a ser exigido para as IES por meio de definições da Lei nº 10.861 de 2004, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e com o Decreto nº 5.773/2006 que dispõe sobre a regulação, supervisão e avaliação dos sistemas federais de ensino superior.

Acerca disso, Lisboa (2014, p. 64) salienta que “o PDI é um instrumento de formalização dos passos da IES e o administrador do projeto deverá, minuciosamente, descrever suas etapas, uma vez que será avaliado por profissionais capacitados para compor comissões de avaliação de cursos e instituições”. Desse modo, configura-se como um instrumento que tem como base a formulação e o estabelecimento de planejamentos estratégicos de modo a contemplar os dez eixos temáticos que são elencados no Decreto nº 5.773/2006: perfil institucional, projeto pedagógico institucional, cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos (presencial e a distância), perfil do corpo docente, organização administrativa, políticas de atendimento aos discentes, infraestrutura, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, aspectos financeiros e orçamentários e anexos como o projeto pedagógico da IES (BRASIL, 2006).

Nessa direção, ao conhecermos os PDIs das Universidades Federais do RS, desenvolvemos um mapeamento buscando identificar pontos de convergência e divergência no que tange às demandas e desafios identificados por estas instituições e que foram registrados neste documento. Isto, principalmente, no que condiz aos elementos que temos compreendido como caracterizadores dos contextos emergentes na/da educação superior. Assim, nosso objetivo é identificar como as universidades reconhecem e planejam sua atuação acerca dos contextos emergentes na/da Educação Superior.

Metodologia

Diante do objetivo deste estudo, utilizamo-nos da pesquisa qualitativa documental. Esta escolha pauta-se no entendimento, de acordo com Gil (2008, p. 51), de que esse tipo de metodologia “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

O contexto investigativo abarca seis instituições correspondendo às Universidades Federais localizadas no RS. Como fonte de dados para nosso estudo selecionamos os PDIs das instituições

selecionadas: UFSM¹, UFRGS², FURG³, UFPEL⁴, UNIPAMPA⁵, UFFS⁶. Desse modo, abrangemos instituições localizadas em diferentes partes do Estado e que por meio de seus *multicampi* abrangem o território gaúcho, logo refletindo demandas que chegam às instituições de ensino e suas especificidades regionais.

Como fonte de dados analisamos os PDIs das seis universidades. Nosso intuito foi de identificarmos no texto desses documentos quais os termos utilizados que se relacionam aos elementos e aspectos dos contextos emergentes. Para tal, enfocamos no que é apresentado sobre o planejamento estratégico dessas instituições. Isto, pois entendemos, como destacado por Baptista (2000, p. 13), que o planejamento estratégico “[...] refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Enquanto processo permanente supõe ação contínua sobre um conjunto dinâmico de situações em um determinado momento histórico”.

Nota-se que instituições com mais de cinquenta anos de funcionamento elaboraram documentos decenais, ultrapassando as orientações legais de cinco anos, nesta categoria estão: UFRGS (setenta e um anos) e a UFSM (cinquenta e oito anos). As demais, a FURG (quarenta e oito anos), a UFPEL (quarenta e nove anos), a UNIPAMPA (dez anos) e UFFS (nove anos), apresentam o período de vigência quinquenal. No quadro que segue apresentamos um panorama sobre o ano de fundação de cada IES e o período compreendido pelos seus respectivos PDIs:

Quadro 1: Panorama aspectos das IES pesquisadas e seus PDIs

Instituição	Ano de fundação	Período PDI
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1960	2016 – 2026
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1947	2016 – 2026
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	1970	2015 – 2018
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	1969	2015 - 2020
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	2008	2014 – 2018
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	2009	2012 – 2016 PRORROGADO – 2017

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de informações coletadas nos PDIs de cada instituição.

Nessa direção, a partir da análise de cada PDI identificamos que, mesmo tendo períodos de vigência distintos, todas as universidades abordam em seus documentos elementos e aspectos acerca dos contextos emergentes. Em relação à organização de cada documento, constatamos que a maioria

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026. Santa Maria, RS: UFSM, 2016. Disponível em: <http://pdi.ufsm.br/>. Acesso em: 4 set. 2018.

² UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pdi/pdi-2016-2026>. Acesso em: 4 set. 2018.

³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2018. Rio Grande, RS: FURG, 2015. Disponível em: <http://www.pdi.furg.br/>. Acesso em: 4 set. 2018.

⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2020. Pelotas, RS: UFPEL, 2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/pdi/>. Acesso em: 4 set. 2018.

⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. São Gabriel, RS: UNIPAMPA, 2014. Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf. Acesso em: 4 set. 2018.

⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2017. Chapecó, SC: UFFS, 2012. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional. Acesso em: 4 set. 2018.

utilizou eixos - objetivos - estratégias e uma IES organizou por dimensões - objetivos - indicadores. Mesmo utilizando diferentes estratégias de organização de seus textos, inclusive, com terminologias distintas, os significados e sentidos expressos em cada PDI, principalmente ao abordarem a transversalidade no que tange ao tripé de atuação da universidade - ensino, pesquisa, extensão - articulando ao compromisso social da instituição, sintetizam o papel e a função das universidades na contemporaneidade.

Assim, ao focarmos no tópico Planejamento Estratégico, mapeamos os objetivos e as estratégias institucionais elencados por cada instituição; por meio da tabulação dos objetivos e estratégias encontrados identificamos três elementos abordados nos PDIs: internacionalização, sistema de reserva de vagas/cotas/inclusão e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem, que temos entendimento como relativos aos contextos emergentes. Diante disso, evidenciamos como estes três elementos são apresentados nos PDIs, refletindo as concepções de cada instituição sobre eles, bem como quais são as estratégias que cada IES vem planejando de modo a suprir as demandas que emergem do contexto sociocultural, assim como as demandas que surgem dentro da própria instituição, sua dinâmica organizacional, a partir das novas diretrizes. Logo, temos os contextos emergentes na educação superior, na sua dinâmica de funcionamento, e aqueles contextos que emergem da conjuntura externa da instituição.

PDIs das universidades federais gaúchas: o que dizem sobre os contextos emergentes?

O processo de análise desses documentos nos possibilitou observar os modos como eles são constituídos, mesmo que tenham normas e orientações sobre os aspectos que precisam contemplar, conforme as universidades vão se apropriando e se aproximando desse documento, não só com um viés burocrático, vão também, construindo um documento determinante para sua organização e alinhamento institucional. Cardim (2004, p. 230) destaca que esse documento é um meio orientador para o desenvolvimento das ações com vistas aos objetivos institucionais, sendo considerado um documento obrigatório, o qual todas as IES atuantes no ensino superior precisam elaborar “[...] tendo uma cobertura quinquenal, conforme Resolução do CNE de 10/2002, com possibilidade de 10 anos, na medida em que o credenciamento institucional assim o recomendar”.

Nessa direção, verificamos que a maioria dessas instituições utilizaram a consulta pública às comunidades acadêmicas para a elaboração e estruturação das metas e objetivos institucionais. Essa forma de elaboração aproxima o documento da realidade contextual de cada universidade e consegue contemplar todos os segmentos institucionais, suas necessidades e trabalhos desenvolvidos e, assim, tornando-o um documento único que representa a IES em sua totalidade. Isso, pois além das normas de credenciamento e credenciamento institucional, exigir nesse documento o alinhamento do trabalho com ensino, pesquisa e extensão também está sendo um critério de seleção em editais para aquisição de financiamentos externos e internos, como bolsas de iniciação científicas.

Para esse recorte de análise documental, apresentamos os aspectos recorrentes que são contemplados no planejamento estratégico de cada universidade e que são elementos caracterizadores dos contextos emergentes na/da educação superior. Para esse fim, realizamos a leitura dos planejamentos e estruturamos os achados em quadros organizadores e identificamos como recorrência os seguintes elementos: internacionalização, sistema de reserva de vagas/cotas/inclusão e os Ambientes Virtuais de Ensino Aprendizagem (AVEAs). Verificamos que a UFSM apresenta dezesseis iniciativas correspondentes a esses três elementos; a UFRGS: vinte e três objetivos; a FURG: trinta e quatro estratégias; a UFPEL: dezenove estratégias; a UNIPAMPA: vinte e oito estratégias e; por fim, a UFFS: três metas direcionadas aos três elementos (PAPPIS; WISCH; DEWES, 2018).

Esses elementos estão apresentados nas metas e objetivos institucionais e abarcam aspectos referentes à infraestrutura, ao convívio social, ao suporte e permanência dos estudantes com programas instituídos de assistência estudantil nos âmbitos financeiros e apoio aos processos de ensino e aprendizagem e psicossociais com órgãos responsáveis para esses fins. E, ainda, contemplam os processos formativos inicial e permanente nas esferas administrativas, docentes e discentes. Desse modo, os documentos trazem aspectos peculiares em acordo com as necessidades de cada IES. Para elucidarmos esses aspectos apresentaremos, no decorrer desta análise, os quadros sínteses pelos quais observamos as recorrências dos termos destacados e a abordagem/meta e objetivos de cada instituição. Logo, observamos o Quadro 2 sobre a internacionalização:

Quadro 2: Quadro com os resultados obtidos nos PDIs sobre a Internacionalização

<p>UFSM: parcerias com pesquisadores internacionais; experiências de internacionalização aos alunos; obter relações de colaboração internacional; currículos interdisciplinares, flexíveis e atualizados; otimizar as rotinas administrativas e os sistemas de informação; considerar a realidade multicampi e os diferentes níveis de ensino; ambiente de acolhimento para integração internacional; quadro docente com pesquisadores de excelência que sejam referência na área.</p>
<p>UFRGS: visibilidade nacional e internacional; estabelecer alianças estratégicas; criação, associação e afiliação a centros de pesquisa e inovação de alto nível; estimular a inserção local, nacional, regional e internacional; mobilidade de docentes, discentes e técnicos; caráter multilinguístico; política de atração e integração institucional de professores visitantes, pesquisadores visitantes e pós-doutorandos; ações de acolhimento de parceiros acadêmicos; programas internacionais de pós-graduação com possibilidade de expansão dos acordos de formação conjunta (<i>co-tutela e joint degree</i>) e dupla diplomação.</p>
<p>FURG: mobilidade acadêmica; visibilidade científico-acadêmica; inserção nacional e internacional; participação de professores visitantes e bolsistas de pós-doutorado junto aos programas de pós-graduação; promover eventos científicos; redes de circulação; intercâmbio artístico-cultural; assessoria de relações internacionais; intercâmbios com universidades e institutos de pesquisa, com instituições públicas e privadas de fomento à cultura, ciência e tecnologia; mobilidade acadêmica e a dupla diplomação; intercâmbios científicos e tecnológicos internacionais nas atividades acadêmicas.</p>
<p>UFPEL: reestruturar o portal da IES, garantindo a acessibilidade e a comunicação em diferentes idiomas; parcerias e meios de cooperação, contratos e convênios com outras instituições em âmbito nacional e internacional; acordos de cooperação acadêmica; participação em redes nacionais e internacionais de investigação a incluir protocolos de mobilidade acadêmica; incentivo à mobilidade estudantil e docente; participação no Programa Licenciatura Internacional; acordos de dupla titulação; participação de professores e pesquisadores visitantes nos PPGs; ingresso de estudantes estrangeiros como alunos regulares nos cursos da IES; Estimular o intercâmbio nacional e internacional para os servidores e discentes; atividades em rede com outras instituições nacionais e internacionais.</p>

UNIPAMPA: cooperação para intercâmbios e projetos de que fomentem a pesquisa e o ensino de pós-graduação; captação de apoio financeiro em órgãos de fomento nacionais e internacionais; projetos de pesquisa aprovados em editais externos; mobilidade de docentes, pesquisadores, estudantes e técnicos; grupos e consórcios de cooperação acadêmico-científica; intercâmbios; captação, implementação e acompanhamento de acordos, convênios e programas interuniversitários internacionais; possibilidade de um período de ajuste ao acadêmico estrangeiro, em que ele possa usufruir da moradia estudantil e da alimentação subsidiada; criação de núcleo de idiomas em todos os campi; mapeamento do número de professores que estejam já capacitados a oferecer disciplinas em língua estrangeira e incentivar essa oferta; incentivo aos servidores e acadêmicos com habilitação para o ensino da Língua Portuguesa a montarem e ministrarem cursos de português básico para alunos estrangeiros em mobilidade na IES.

UFFS: cooperação com Portugal e países do Mercosul; inserção da IES nas políticas e programas de internacionalização acadêmica, de docentes e discentes.

Fonte: Pappis, Wisch e Dewes, 2018.

Ao analisarmos este quadro, verificamos que existem demandas/metas/objetivos que precisam ser trabalhadas dentro das universidades para consolidar a internacionalização, entendida como ações sistematizadas que envolvem a teoria e a prática decorrentes da globalização dos aspectos sociais, econômicos e, em consequência, do mercado de trabalho (MOROSINI, 2016) e que permeiam o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão nas universidades. Com esse ideário, destacamos alguns aspectos recorrentes, como, por exemplo, a busca por parcerias/convênios nacionais e internacionais que possibilitem mobilidade acadêmica -discente e docente, idas e vindas-, desenvolvimento de pesquisas, fomentando trabalho colaborativo entre instituições nacionais e internacionais.

Verificamos, ainda, outros aspectos considerados primários para a implementação da internacionalização, como se pode ver na UFPEL e na UNIPAMPA, que apresentam em seus planejamentos objetivos relacionados à língua estrangeira. A UNIPAMPA destaca a disseminação desse conhecimento entre a comunidade acadêmica, bem como aponta a necessidade de aplicar esses conhecimentos nos meios informativos institucionais, pensados como acessíveis à comunidade estrangeira também.

Nota-se ainda, um aspecto peculiar acerca da UFFS, que destaca, como metas/objetivos, a necessidade de implementar a cooperação entre os países do Mercosul e Portugal. Nessa direção, cabe destacar que essa instituição é uma jovem universidade criada/implementada com sua localização pautada em décadas de discussões e movimentos sociais com o intuito de proporcionar uma IES na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e possibilitar interações entre os países envolvidos, especialmente, ao abranger uma faixa fronteiriça considerável com países da América do Sul.

No quadro que segue apresentamos um panorama sobre o que cada PDI aborda acerca do Sistema de Reserva de Vagas:

Quadro 3: Sistematização dos achados nos PDIs sobre o Sistema de Reserva de Vagas/Cotas

UFSM: equipar laboratórios de pesquisa de acordo com as necessidades; fortalecer as políticas de acesso e assistência estudantil com foco na permanência dos estudantes, conclusão dos estudos e bom uso dos recursos; preparar o corpo técnico e docente para lidar com os diferentes aspectos da inclusão social; disseminar uma cultura ética em relação à inclusão, à diversidade e ao meio-ambiente; possuir uma infraestrutura de engenharia e logística adequada.

UFRGS: ações para assistência, permanência e conclusão, acolhimento e integração, compatíveis com a expansão do corpo discente; consolidar a política de ações afirmativas e considerar a inserção de novos grupos; definir uma política institucional de inclusão que contemple minorias historicamente excluídas; fortalecer as ações de acessibilidade, de inclusão social, pedagógica e laboral; ações inclusivas acadêmicas, culturais, esportivas e artísticas; promover e aperfeiçoar práticas de convívio e de cidadania, incluindo segurança, valores humanos, respeito às diferenças e combate à intolerância e ao preconceito; incentivar o desenvolvimento de ações voltadas para a diversidade; aperfeiçoar a política de assuntos estudantis.

FURG: desenvolvimento de ações pedagógicas alternativas; equidade de condições básicas aos estudantes; ações e avaliação de assistência básica aos estudantes; permanência dos estudantes; ações para atendimento aos estudantes com deficiência; expandir as ações de assistência estudantil aos demais campi; democratizar o acesso à produção cultural universitária; ações que estabeleçam o respeito às diferenças e à diversidade étnica, de gênero, de orientação sexual e de crenças espirituais; infraestrutura de mobilidade e acessibilidade; infraestrutura de laboratórios para utilização de equipamentos multiusuários; promover a democratização do ingresso e permanência de estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação, considerando critérios de natureza social, ética, cultural e de deficiência.

UFPEL: condições de segurança, Acessibilidade e conforto; material didático acessível e recursos de tecnologia Assistiva; capacitações em acessibilidade para servidores e discentes; padronização de bens, atendendo requisitos de acessibilidades; incentivar os cursos de pós-graduação a criarem ações afirmativas; programa de acompanhamento da vida estudantil; reserva de vagas em programas de bolsas e estágio não obrigatórios instituídos; articular os princípios da sustentabilidade, da igualdade de gênero e da diversidade cultural, étnica e social (especialmente, História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena) com a inclusão dessas temáticas nos currículos; produção de material didático acessível para deficientes; articular ações concretas de docentes e discentes das licenciaturas para a inclusão de temas na educação básica referentes à igualdade de gênero, raça/etnia e orientação sexual; fomentar ações que objetivem a equidade, a sustentabilidade, a inclusão e a cidadania; manter um percentual mínimo de reserva de vagas para demanda social em 30% das vagas de bolsas e estágios; formação para atuação qualificada no apoio à vida acadêmica de discentes com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

UNIPAMPA: inclusão, nos PPCs, de conteúdos temáticos referentes à Acessibilidade e ao Desenho Universal; oferta de LIBRAS nos cursos de bacharelado e tecnólogo; bibliografia básica, complementar e periódicos em formatos acessíveis; cursos de formação continuada sobre Acessibilidade, Desenho Universal e Educação Inclusiva na modalidade EaD; elaboração e acompanhamento dos planos de AEE; criação de política de monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico dos discentes ingressantes por meio das ações afirmativas; subsídios para a alimentação, transporte, implantação da moradia estudantil, acompanhamento social e pedagógico visando a permanência do discente; adequação da matriz curricular para discentes com necessidades educacionais; criação do Programa de Auxílio Financeiro ao Discente em Viagens Técnicas previstas nos componentes Curriculares; Formação de Profissionais Tradutores e Intérpretes da LIBRAS; atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação; acervo pedagógico e cultural voltado para garantir condições de igualdade às pessoas com deficiência; destinação de recursos específicos para aquisição de materiais ou serviços para o atendimento das pessoas com deficiência; diagnóstico de acessibilidade dos prédios da Universidade; Inclusão de acessibilidade como requisito para o desenvolvimento e contratação de novos sistemas.

UFFS: construção e consolidação das políticas e ações de inclusão; fortalecimento da política de inclusão, do NAP (Núcleo de Apoio Pedagógico) e do LABSA (Laboratório Superior de Ensino e Aprendizagem).

Fonte: Pappis, Wisch e Dewes, 2018.

As IES apresentam em seus documentos orientadores metas e ações que contemplam a diversidade institucional promovida pela democratização do acesso ao ensino superior, uma dinâmica instituída nos tempos e espaços formativos e que estão exigindo das universidades meios para garantir a permanência dos estudantes ingressantes pelo sistema de reserva de vagas na perspectiva de processos inclusivos e das políticas de inclusão que “[...] se destinam a promover justiça social a minoria e grupos que são, ou tenham sido, historicamente excluídos do Ensino Superior” (FRANCO; LAUXEN; OLIVEN, 2016, p. 92).

Nota-se que as universidades desenvolvem e buscam ações sob duas vertentes: o acesso e a permanência dos estudantes. Para tanto, é preciso que as instituições se modifiquem para acolher os estudantes oriundos das ações afirmativas. Assim, as universidades estabelecem estratégias para qualificar os processos formativos com vistas aos processos de ensino e de aprendizagem que atendam às necessidades da comunidade acadêmica, visando o sucesso acadêmico englobando tanto as barreiras arquitetônicas como as atitudinais e, especialmente, as pedagógicas.

Segundo Castro e Dewes (2018, p. 125),

[...], reconhecer a importância de dinâmicas pedagógicas acessíveis, bem como de tempos e espaços acessíveis, torna-se essencial ao pensarmos em um processo educativo que supra as necessidades formativas do sujeito, mas que também possibilite a qualificação e a potencialização da sua formação. O contexto da inclusão impulsiona, desse modo, os professores a [re]construírem seus significados acerca da deficiência visual, bem como das possibilidades e desafios da inclusão no ambiente educativo.

Por certo, as estratégias direcionadas aos estudantes com deficiências são mais evidenciadas nos PDIs e nos contextos das universidades, isso pois, exigem das IES ações mais complexas para a sua efetivação e, assim, são mais recorrentes nos documentos analisados.

Nessa conjuntura as tecnologias também aparecem nos PDIs articuladas às estratégias de planejamento de manutenção de cada instituição, como vemos no quadro que segue:

Quadro 4: Sistematização dos achados nos PDIs sobre TICs e AVEAs

UFMS: expandir os ambientes de inovação.

UFRGS: ampliar a oferta de ações de educação a distância; adoção de novas estratégias, práticas, tecnologias e espaços de aprendizagem e de ensino.

FURG: ampliar o uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC) no ensino; criação de grupos institucionais de educação tutorial e de cursos online, massivos e abertos, com o uso de tecnologias inovadoras; participação dos estudantes em atividades integradas de ensino, pesquisa, extensão, cultura e inovação tecnológica; capacitação dos servidores para o uso das TIC; aprimorar o sistema informatizado de gestão de bibliotecas e os sistemas de informações acadêmicas e administrativas; qualificar o AVEA institucional; incentivar a prática de atividades administrativas e pedagógicas a distância, utilizando as TIC; criar a política institucional de EaD; qualificar a estrutura de apoio à EaD; ações de integração dos estudantes da EaD; promover a convergência das modalidades de ensino por meio de ações que integrem os aspectos pedagógicos e tecnológicos nos cursos.

UFPEL: aperfeiçoar a equipe de TI, em termos qualitativos e quantitativos, para que integre as competências necessárias ao atendimento da Comunidade Acadêmica; Incorporar as inovações proporcionadas por esta modalidade de ensino, permitindo uma integração cada vez maior ao ensino presencial.

UNIPAMPA: incentivo à inclusão de EaD na comunidade universitária por meio de cursos de capacitação; ampliação do uso da EaD como apoio à aula presencial; fomento à produção de objetos de aprendizagem para o uso em EaD; incentivo ao uso de componentes curriculares na modalidade EaD; adequação de serviços de TIC com foco na EaD; adequação do Portal.

UFFS: elaboração de programa de capacitação virtual institucional; avaliação de programa de capacitação virtual institucional.

Fonte: Pappis, Wisch e Dewes, 2018.

Constata-se também, a cultura digital sendo implementada nos âmbitos institucionais, com vistas a proporcionar meios para que as práticas com a utilização de recursos tecnológicos sejam inseridas no cotidiano das IES, estabelecendo estratégias, formações e mecanismos para utilizar as possibilidades que as tecnologias dispõem. Esses indicadores convergem com as metas/objetivos inclusivos nos documentos analisados, na perspectiva das Tecnologias Assistivas (TA) essenciais para o processo de inclusão de pessoas com deficiência, ampliando a visibilidade desses recursos nos espaços das universidades e ingressantes no rol das estratégias das instituições.

Desse modo, destacamos ainda, os AVEAs que estão atrelados a cultura digital e aos processos formativos como ferramenta de interação e mediação para o ensino e a aprendizagem, tanto em cursos presenciais como da modalidade à distância. Mas, que também está sendo pensado e reestruturado na perspectiva da inclusão, como verificamos no PDI da UNIPAMPA a preocupação de que o AVEA seja acessível à toda comunidade acadêmica. Observa-se a inserção de estudantes cegos em cursos EaD nas IES federais, sendo parte desta realidade. Essas mudanças que decorrem dos processos inclusivos do uso das tecnologias exigem qualificação e formação profissional que também estão indicados nos PDIs analisados.

Considerações finais

Essa análise documental nos possibilita evidenciar que alguns dos elementos que caracterizam os contextos emergentes estão destacados como prioridades/metas/objetivos institucionais, com a premissa de qualificar os processos formativos propostos no âmbito de cada IES. Internacionalização, sistema de reserva de vagas e as tecnologias se entrelaçam nos desafios, possibilidades e que compõem a dinamicidade do cotidiano de cada universidade.

Sobre a internacionalização, constatamos um processo de implementação mais intenso, pois as universidades apresentam metas e preocupações que impactam no desenvolvimento desse indicador. Isso é impulsionado de modo mais intenso por políticas e programas oriundos de órgãos avaliativos, credenciamento e fomento. Assim, buscam suprir desde necessidades básicas, como a apropriação pela comunidade acadêmica de língua estrangeira, inclusive, a aplicabilidade nos sistemas informativos, tornando-os acessíveis a estrangeiros, até as mais complexas como criação de parcerias com instituições e organismos internacionais.

Atrelado a isso, o sistema de reserva de vagas impulsiona novas perspectivas sobre a permanência dos estudantes provenientes dessas cotas. Para tal, elencam indicadores para ampliar a assistência estudantil, apoios pedagógicos, psicológicos e contemplam a acessibilidade nessas esferas, nos aspectos de formação, metodologias e práticas pedagógicas como estratégia para evitar evasões dos estudantes.

Já as recorrências relacionadas aos AVEAs nos permitem evidenciar uma expansão nas propostas

com ensino híbrido contemplando e complementando os processos de ensinar e aprender na graduação e na pós-graduação. Essa expansão reflete em toda a comunidade acadêmica e as IES definem estratégias para a sua efetivação como complemento ao ensino presencial, como espaço para oferta de cursos para a formação de estudantes, professores e técnicos administrativos, sendo recorrente já com o ideário acessível a todos os multiusuários e, ainda, como um meio de integrar os *multicampi* que constituem as universidades.

Diante disso, esse estudo nos possibilitou verificar e entender como as universidades federais do RS estão estruturando suas ações/metodologias diante dos contextos emergentes. Evidenciamos também as possibilidades que emergem com esses contextos, sendo impulsionadoras de transformações nos espaços-tempos acadêmicos, até mesmo em elementos que tangenciam os contextos emergentes, como a reformulação dos currículos e a preocupação em ofertá-los de modo mais flexíveis. As instituições tornam-se, assim, mais condizentes com a realidade da comunidade acadêmica, na qual a diversidade enriquece e aproxima as IES da sociedade contemporânea, e provocam mudanças no pensar, no fazer, no saber e ser universidade na contemporaneidade.

Referências

- BAPTISTA, Myrian V. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo, SP: Veras, 2000.
- BOLZAN, Doris P. V. **Docência e Processos Formativos**: estudantes e professores em contextos emergentes. Projeto de pesquisa interinstitucional e integrado, Registro no GAP nº 042025. Santa Maria, RS: PPGE/CE/UFSM 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 3.860**, de 9 de julho de 2001. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jul. 2001.
- BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004. n. 72, Seção 1, p. 3-4.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI: diretrizes para elaboração. Brasília: MEC/ SESu, jun. 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 5.773**, de 9 de maio de 2006. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 88, 10 maio 2006. Seção I, p. 6-10.
- CARDIM, Paulo A. G. Gestão Universitária em Tempos de Mudança. *In*: COLOMBO, Sonia S. *et al* (Org.). **Gestão Educacional**: uma nova visão. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.
- CASTRO, Sabrina F.; DEWES, Andiara. Vivências Formativas e a Escolha pelo Curso de Pedagogia: Apontamentos de um Estudo de Caso de Uma Pessoa Cega. **Revista Educação Especial em Debate**, v. 2, p. 114-131, 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/REED/article/view/20985>. Acesso em: 4 set. 2018.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES nº 1366**, de 12 de dezembro de 2001. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 2001.
- DEWES, Andiara. **Gestão universitária**: departamentos didáticos e contextos emergentes da educação superior pública. 2017. 230f. Santa Maria: UFSM, 2017. Monografia (Especialização em Gestão Educacional). Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.
- FRANCO, Maria E. D. P.; LAUXEN, Sirlei de L.; OLIVEN, Arabela C.. Educação Superior e Contexto questões emergentes e desafios. *In*: FRANCO, Maria E. D. P.; ZITKOSKI, Jaime J.; FRANCO, Sérgio R. K. (Org.). **Educação Superior e Contextos Emergentes**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2016, v.6, p. 81-97.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de

Paulo Freire. São Paulo, SP: Centauro Editora, 2001.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

KENSKI, Vani M.; MEDEIROS, Rosângela A.; ORDÉAS, Jean. Ensino Superior em Tempos Mediados pelas Tecnologias Digitais. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 1, p. 141-152, 21 fev. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9872/9932>. Acesso em: 29 jul. 2020.

LISBOA, Teresinha C. O Papel da Administração nas Instituições de Ensino Superior. *In*: NETO, João P. B. (Org.). **Administração de Instituições de Ensino Superior**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2014.

MOROSINI, Marília C. Internacionalização da Educação Superior em Contextos Emergentes: uma análise das perspectivas internacional, nacional e institucional. *In*: FRANCO, Maria E. D. P.; ZITKOSKI, Jaime J.; FRANCO, Sérgio R. K. (Org.). **Educação Superior e Contextos Emergentes**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2016, v.6, p. 61-79.

PAPPIS, Lisiane. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: implicações na gestão universitária em contextos emergentes. 2019. 131 f. Santa Maria: UFSM, 2019. Monografia (Especialização em Gestão Educacional). Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

PAPPIS, Lisiane; WISCH, Tásia F.; DEWES, Andiará. Mapeamento Dos Contextos Emergentes Na/ Da Educação Superior Nos PDIs. **Anais do X Congresso Ibero-Americano de Docência Universitária (CIDU)**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2018.

Lisiane Pappis

Especialista em Gestão Educacional; Especialista em Supervisão e Orientação Educacional; Licenciada em Pedagogia. Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: lisiane_pappis@hotmail.com

Tasia Wisch

Mestre em Educação; Especialista em Gestão Educacional; Licenciada em Educação Especial; Doutoranda em Educação do PPGE/UFSM. Professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

E-mail: tasiafw@gmail.com

Andiará Dewes

Mestre em Educação; Especialista em Gestão Educacional; Licenciada em Pedagogia. Doutoranda em Educação do PPGE/UFSM. Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial/UFSM. Tutora à distância no curso de Pedagogia UAB/UFSM. Professora de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Santa Maria—RS.

E-mail: andiaraeduc@gmail.com